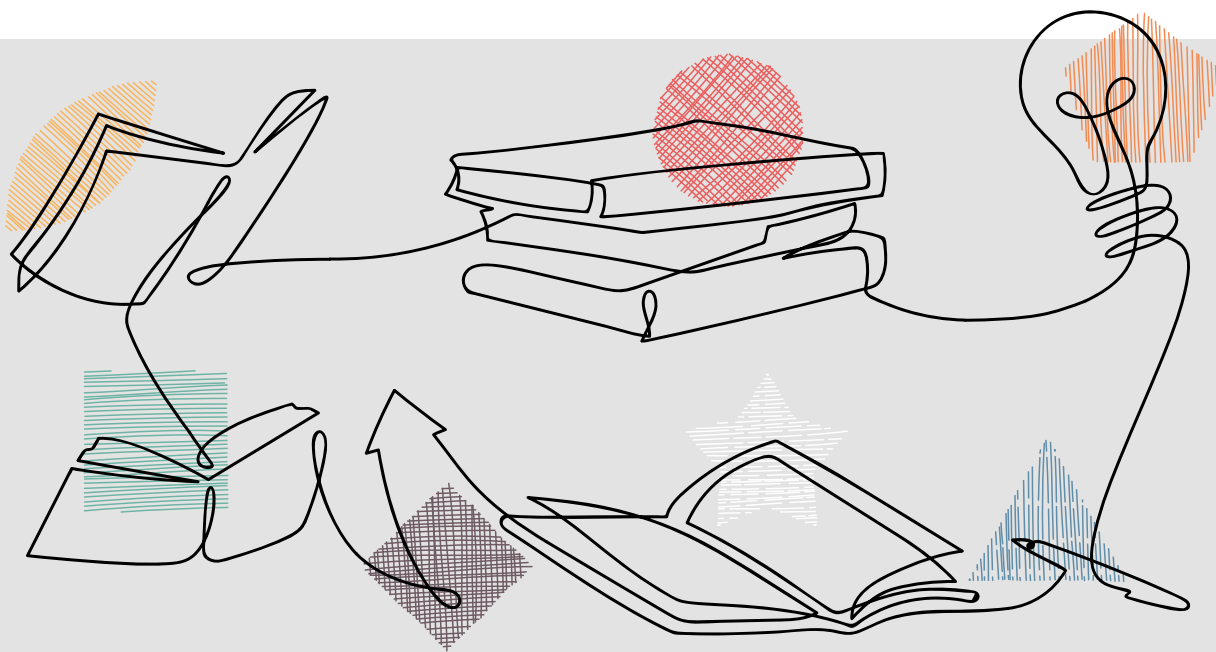


Revista 

Colaboração

Regime de Colaboração na Educação  Ano 1 | nº 2 | Dez. 2018





Revista
Colaboração



EXPEDIENTE

Supervisão

Cristiane da Fonseca
 Eliziane Gorniak
 Fernanda Castro Marques
 Gabrielly Domingues da Silva
 Guilherme Lacerda

Maria Paula Mansur Mader
 Vinicius Spelier

Redação

Gabrielly Domingues da Silva
 Maria Paula Mansur Mader

Coordenação de Comunicação do Instituto Positivo

Maria Paula Mansur Mader

Projeto gráfico, capa e diagramação

Bruno Palma e Silva

Tiragem

1.000 exemplares
 (distribuição gratuita)

O Instituto Positivo, instituição sem fins lucrativos, mantida pelo Grupo Positivo, tem como missão contribuir para a melhoria da qualidade da educação pública, por meio do incentivo ao Regime de Colaboração intermunicipal.

CONSELHO DE GOVERNANÇA

Helio Bruck Rotenberg
 Lucas Guimarães
 Emerson W. dos Santos
 Gilberto Alves da Silva Junior
 Paulo Cunha
 Cezar Teixeira
 Rogério Mainardes
 Mozart Neves Ramos
 Claudio Moura e Castro
 Carlos Eduardo Sanches

CONSELHO FISCAL

Lincon Lopes Ferraz
 Sandra Franco

O Movimento Colabora Educação tem o objetivo de fortalecer a governança e as práticas colaborativas entre os entes federativos no âmbito das políticas públicas de educação.

FAZEM PARTE DO MOVIMENTO:

Banco Interamericano de Desenvolvimento
 Fundação Itaú Social
 Fundação Lemann
 Instituto Ayrton Senna
 Instituto Conceição Moura
 Instituto Natura
 Instituto Positivo
 Instituto Unibanco
 Movimento Todos Pela Educação

Sumário

02 **Expediente**

04 **Colaboraram nesta edição**

06 **Editorial**

08 **Conformidade**

Não basta garantir escolarização

10 **Ponto de vista**

Governança compartilhada da educação:
um caso de sucesso no sudeste do Piauí



Foto: Arquivo ADE Granópolis

21 **Entrevista**

Colhendo frutos do Regime de Colaboração:
o olhar de quem vivencia no dia a dia as
contribuições do ADE para a educação em
sua região.

26 **Direto da academia**

Consórcios entre municípios: potencial
de melhoria para a Educação

28 **Espaço aberto**

A Educação precisa mudar: os desafios
da próxima gestão do MEC

16 **A experiência de quem faz**

Instituto Chapada: a história do primeiro
ADE do país

31 **Compartilhando**



Colaboraram nesta edição

Gostaria de contribuir com a Revista? Entre em contato conosco pelo e-mail mpmader@positivo.com.br

Foto: Arquivo pessoal



Antonio Silva - possui licenciatura em História, pela USPI (2006), especialização em Recursos Humanos e é mestrando em Ciências da Educação, pelo Instituto Superior de Educação Prof. Lúcia Dantas (ISEL). Atualmente é coordenador do ADE GE5 (Grupo Educacional 5), além de ser avaliador educacional da rede PCR-Sase/MEC e redator de história do Currículo Piauiense. Foi coordenador da Undime-PI BNCC, de 2015 a 2017; dirigente municipal de educação, de 2013 a 2015; diretor adjunto, de 2016 a 2018, e professor do ensino fundamental, desde 2002. **Ponto de vista, pág. 10.**

Cybele Amado de Oliveira - graduada em Pedagogia e mestre em Desenvolvimento e Gestão Social, pela Universidade Federal da Bahia (2010). Há 20 anos está à frente de iniciativas sociais voltadas à melhoria da qualidade da educação pública. Desde 2007 é diretora executiva e presidente do Instituto Chapada de Educação e Pesquisa (Icep), organização fundada a partir do Projeto Chapada, também idealizado por Cybele. Recebeu o Prêmio Claudia 2008, na categoria Trabalho Social, e foi a vencedora do Prêmio Empreendedor Social, em 2012. Também integra o Movimento Educação em Nossas Mãos, de professores da Chapada Diamantina e Semiárido da Bahia.

A experiência de quem faz, pág. 16.



Foto: Arquivo pessoal

Foto: Arquivo pessoal



Carlos Eduardo Sanches - graduado em Comunicação Social e mestrando em Gestão e Políticas Educacionais na Universidade Nacional de Três de Fevereiro, em Buenos Aires, na Argentina. Já atuou como Secretário de Educação em Castro, foi presidente da Undime do Paraná e da Undime nacional. Foi membro e presidente do Conselho Nacional do Fundeb e prestou consultoria ao Ministério da Educação e ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) sobre carreira do magistério. Atuou na elaboração dos conteúdos e ferramentas da Plataforma Conviva Educação. É conselheiro titular no Conselho Estadual de Educação do Paraná, na Câmara de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Coautor do livro “Insucesso Escolar”.

Conformidade, pág. 7.

Cristina Lehmkuhl Goulart - graduada em Pedagogia, pela Universidade do Estado de Santa Catarina (1993) e possui pós-graduação em Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental. Trabalha há 25 anos na rede municipal de ensino de São Bonifácio, e durante esses anos já exerceu a função de coordenadora da escola de educação infantil, na sede do município, foi por três vezes coordenadora do PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização), em 2014, 2015 e 2016, e hoje atua como orientadora pedagógica na rede municipal de ensino. Durante esses anos, participou de várias capacitações, como a Jornada Científica para a Infância e o curso de Preparação de Educadores no Sistema Montessori para o Pré-escolar e 1º grau. **Entrevista, pág. 21.**



Foto: Arquivo pessoal



Foto: Arquivo pessoal

Priscila Cruz - mestre em Administração Pública, pela Harvard Kennedy School of Government, tendo recebido o prêmio de aluna destaque 2014/2015. Graduada em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP) e em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Ajudou a fundar o Instituto Faça Parte, em 2002, onde atuou como coordenadora até 2005. É uma das fundadoras do movimento Todos Pela Educação, onde hoje atua na função de Presidente Executiva. Em 2012, recebeu o Prêmio Jovem Liderança na Educação, promovido pelo Grupo Estado, e o Prêmio Darcy Ribeiro 2012, concedido pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados ao Todos Pela Educação. **Espaço aberto, pág. 28.**

Regina Silvia Pacheco - mestre e doutora pela Universidade de Paris Est. Foi presidente da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), em Brasília, de 1995 a 2002; coordenadora executiva do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, de 1990 a 1992; secretária adjunta de Governo da Prefeitura Municipal de São Paulo de dez/2017 a maio/2018. É professora permanente da Fundação Getúlio Vargas – EAESP-FGV, desde 1988, onde atua nos cursos de graduação, mestrado e doutorado em Administração Pública e Governo, onde também foi coordenadora do mestrado profissional em Gestão e Políticas Públicas, de 2008 a 2017. É membro do UN'CEPA – United Nations' Committee of Experts on Public Administration (2018-2021) e presidente do Conselho Científico do CLAD – Centro Iberoamericano de Administração para o Desenvolvimento. **Direto da academia, pág. 26.**



Foto: Arquivo pessoal

Editorial

O ano de 2018 foi bastante agitado para aqueles que acompanham e trabalham com Regime de Colaboração. Enquanto o ciclo eleitoral trazia em sua pauta a importância de se avançar na coordenação federativa na educação, ações colaborativas de grande amplitude eram executadas nas três esferas governamentais. Nesse momento de transições e definição de prioridades, é fundamental **revisitarmos o passado recente e utilizá-lo para pensar o futuro**.

O ano também marcou a reinserção na pauta legislativa da regulamentação do Regime de Colaboração por meio da **instituição de um Sistema Nacional de Educação**. A discussão não é de hoje: a Constituição Federal de 1988 prevê a fixação de normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Foi justamente a recente tramitação na Câmara dos Deputados de leis para esse fim que desencadeou amplo debate sobre o assunto. Apesar da proposição não ter avançado, a busca por consensos dentro e fora do Congresso se mantém e a nova legislatura tem a oportunidade de ampliar e aprofundar esse debate.

Do outro lado da Esplanada, o Ministério da Educação liderou um processo de (re)construção dos documentos curriculares das redes de ensino, por meio do **Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular**, o **ProBNCC**. Para isso, mobilizou todos os estados brasileiros por meio da indução ao Regime de Colaboração: a adesão ao programa é condicionada à articulação e construção de governança entre as secretarias estaduais de educação e as seccionais da Undime. Ao passo que é responsabilidade da nova gestão federal manter o apoio às próximas etapas do ProBNCC. Em 2019 os Estados e Municípios terão ainda maior protagonismo com a missão

de implementarem os novos currículos, por meio da formação de professores.

Indo além da Base, políticas colaborativas de larga escala e escopo começam a ser institucionalizadas em estados brasileiros. As experiências existentes foram mencionadas na última edição desta revista, mas cabe destacar aqui o expressivo fortalecimento do Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo (PAES) e do Colabora Amapá. Instituído em janeiro de 2017, o programa capixaba chega ao final de 2018 com ótimos resultados: ampla adesão dos municípios, governança participativa estruturada, material didático distribuído às escolas, recursos para creches e melhoria da aprendizagem nas provas estaduais. Mais recentemente, o Colabora Amapá mobilizou a comunidade amapaense e construiu os alicerces para que a política avance ao longo do próximo ano.

Os novos governos estaduais e suas gestões educacionais têm acesso, portanto, ao conhecimento e às pessoas que vêm coordenando ações colaborativas. É fundamental que busquem o diálogo e o aprendizado para construir suas próprias políticas, baseadas em evidências e adaptadas às características locais.

Em âmbito municipal, pudemos conhecer várias das iniciativas de cooperação existentes Brasil afora e acompanhar a instituição de novos arranjos colaborativos. De tamanha ou maior importância, observamos a crescente divulgação e discussão sobre as diversas práticas bem sucedidas. O resultado dessas experiências e conversas é o **nascimento de uma cultura de colaboração entre os gestores e profissionais municipais**, dos mais diversos locais e realidades.

Para contextualizar como essas questões do Regime de Colaboração se inserem nos desafios da educação

brasileira de maneira expandida, compartilhamos nesta edição texto da Priscila Cruz, do Todos Pela Educação, que aponta **7 eixos para a melhoria da aprendizagem no país**.

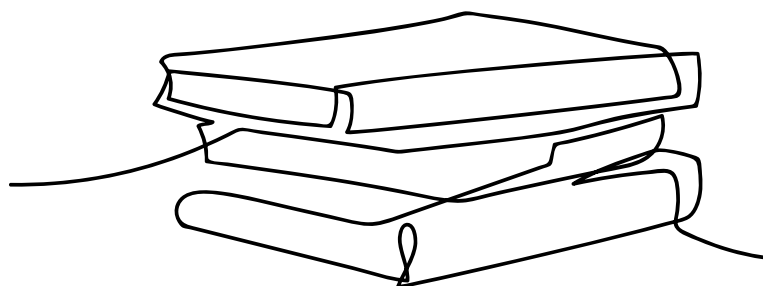
Essa melhoria depende de muitos atores. Por isso, apresentamos também o trabalho de agentes que integram a comunidade educacional e têm papel relevante dentro da nossa organização federativa – ainda que por vezes nos pareçam distantes. Trata-se dos órgãos de controle, fundamentais para a garantia da boa gestão, mas que muitas vezes são vistos como personagens meramente fiscalizatórios.

Os relatos daqueles que vivem o Regime de Colaboração na prática são essenciais para percebermos melhor a realidade. Por isso, fomos atrás de duas histórias sobre ADEs: a do mais antigo, o Icep (BA), e a de um dos mais recentes, o GE5 (PI). Para garantirmos também a visão daqueles que estão no chão da escola, ouvimos da coordenadora pedagógica da rede de ensino de São Bonifácio, um dos municípios do ADE Granfpolis (SC), sobre qual é a sua percepção quanto às mudanças que o Arranjo oportunizou na região.

Ainda no campo das experiências práticas, a professora Regina Pacheco compartilha os achados de pesquisa que partem da seguinte pergunta: **que consórcios decidem atuar em educação e por quê? Se o fazem, como fazê-lo de maneira sustentável?**

Esperamos que a leitura desta revista possa enriquecer as discussões sobre Regime de Colaboração, e acima de tudo possibilitar que por meio dele alcancemos melhorias na qualidade da educação em nosso país.

Boa leitura! ■





Conformidade

Não basta garantir escolarização

por Carlos Eduardo Sanches

A história demonstra que, diferente de outros países, o Brasil conseguiu firmar em novos marcos legais, em um curto intervalo de tempo, significativos avanços na oferta de educação. Após a vigência da Constituição Federal de 1988, o país assegurou um mecanismo de subvinculação de recursos (Emenda Constitucional 14/1996 que deu origem ao Fundef), criou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e instituiu o Plano Nacional de Educação 2001–2010. Depois, veio o aprimoramento da política de financiamento com o Fundeb, a ampliação da duração do ensino fundamental em mais um ano e, na sequência, a obrigatoriedade de oferta de educação para a população com idade entre quatro e dezessete anos. Mas, também, aprovou uma lei definindo um piso salarial nacional para o magistério e conseguiu instituir um novo Plano Nacional de Educação (lei 13.005/2014), elaborado a partir da ampla participação de educadores, gestores e representação da sociedade.

"A história demonstra que, diferente de outros países, o Brasil conseguiu firmar em novos marcos legais, em um curto intervalo de tempo, significativos avanços na oferta de educação. [...] Todavia, a realidade comprova que apenas os marcos legais ainda não foram suficientes para reverter o quadro dos indicadores educacionais."

É bem verdade que o cenário atual avançou muito se comparado com a realidade anterior à vigência da Constituição Cidadã. Nos anos 1980, metade dos estudantes abandonava a escola ou reprovava ainda na primeira série, sendo que mais de 20% dos professores eram leigos. Naquela época, quase um terço da população brasileira era analfabeta e 60% estavam abaixo da linha de pobreza. Todavia, a realidade comprova

que apenas os marcos legais ainda não foram suficientes para reverter o quadro dos indicadores educacionais. O Relatório do 2º ciclo de monitoramento do PNE, elaborado pelo Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, demonstra que o país está distante do cumprimento das metas e estratégias definidas pela lei federal 13.005/2014.

A oferta da educação é um direito subjetivo inscrito no texto constitucional, o que implica no “dever fazer” a cada autoridade competente. A não garantia desse

"No trabalho conjunto entre um grupo de municípios ou em ações envolvendo o governo do estado e seus municípios, a realidade da gestão pode ser transformada com troca de experiências, formação técnica e a elaboração de soluções conjuntas."

direito ou a falta de qualidade resulta na possibilidade de responsabilização da autoridade. Nesse cenário, surge no Brasil um trabalho dos órgãos de controle e fiscalização pautado na atuação, muitas vezes pedagógica, para qualificar o planejamento e o gasto em educação. A educação, assim como qualquer outra área no poder público, tem que assegurar que o direito do cidadão seja atendido. Logo, o plano de educação, as peças orçamentárias (PPA, LDO e LOA), e os demais instrumentos de planejamento devem buscar o emprego adequado dos recursos para garantir o direito da população à educação.

A atuação dos Tribunais de Contas, do Ministério Público e dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social é somada a novos procedimentos de gestão determinados aos secretários de educação. Um deles é a rotina de registro de informações no Siope – Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Educação, que desde o ano passado tem que ser feita ao final de cada bimestre. Outra, é a Portaria Conjunta STN/FNDE 02/2018, que determina a vinculação da conta do Fundeb a um CNPJ específico da Secretaria de Educação. Também cabe destacar o trabalho e a recomendação da Atricon - Associação dos Membros dos Tribunais de Contas, para a análise da execução orçamentária em cada exercício de acordo com as metas e estratégias dos planos de educação dos estados e municípios.

Esse novo cenário acaba transformando a realidade

Foto: Arquivo ADE Granópolis



da educação porque impõe a busca pela eficiência, eficácia e efetividade da aplicação dos recursos. Não basta apenas atingir as regras de investimento definidas na legislação, mas organizar a aplicação das receitas e garantir um percurso educacional adequado para todos os estudantes. E isso é um fato positivo porque fortalece o trabalho do secretário e determina que a educação alcance um novo patamar dentro da administração. Independente de como é feita a gestão dos recursos e o ordenamento das despesas, cabe ao gestor da educação e sua equipe atuarem diretamente ou acompanhando desde a elaboração das peças de planejamento até a prestação de contas. Porém, este trabalho carece de organização, conhecimento da legislação e domínio do fluxo da gestão orçamentário-financeira e administrativa.

Muitas vezes, a realidade para a educação municipal é ainda mais desafiadora por causa das circunstâncias locais, entre elas, quadro técnico reduzido ou até inexistente. Mas, como buscar capacidade técnica e habilidade administrativa nesse contexto? Aqui surge a colaboração entre os entes federados como importante estratégia para empoderar secretários e suas equipes. No trabalho conjunto entre um grupo de municípios ou em ações envolvendo o governo do estado e seus municípios, a realidade da gestão pode ser transformada com troca de experiências, formação técnica e a elaboração de soluções conjuntas. ■

Governança compartilhada da educação

Um caso de sucesso no sudeste do Piauí

por Antônio Silva

(com colaboração de Francisco Rodrigues)

Nossa caminhada começa no ano de 2014, na cidade de Tanque do Piauí, uma cidade localizada a 206 quilômetros da capital Teresina. Situada na parte sudeste piauiense, sua população é de pouco mais de 2.612 habitantes. Uma região de clima semiárido, de vegetação de transição e de uma economia que gira em torno do pequeno comércio, da agricultura familiar e da prestação de serviços. Em meados de 2014, o Movimento Todos pela Educação publicou um artigo no qual destacava a evolução do ensino da matemática no município, momento de grande alegria e orgulho para os moradores da cidade, e principalmente para os profissionais da educação.

No mesmo ano, como secretário municipal de educação, fui convidado para realizar um relato de experiência exitosa no Seminário de Educação do Noroeste Paulista (ADE Noroeste Paulista), realizado nos dias 11 e 12 de julho de 2014, na cidade de Votuporanga-SP. Nesse evento foi possível conhecer mais sobre os ADEs, e perceber a grandiosidade das realizações daqueles municípios que se uniram para superar desafios comuns, e o quanto o Regime de Colaboração contribuiu para a construção de políticas educacionais efetivas no Brasil, como exemplo, o ADE Noroeste Paulista.

Quando cheguei ao evento e vi mais de 3.000 educadores dos municípios que compõem o Arranjo, além

de outros vindo de diferentes regiões do Brasil, entre eles, o Antônio Namura, fundador do Grupo Vitae Brasil, e Regina Shubo, pedagoga renomada, fiquei bastante impressionado. Me marcou ver o tamanho do evento, a sua organização e tantos educadores, distribuídos em mesas temáticas, debatendo temas relevantes da educação. Cheguei a pensar que eu não tinha currículo suficiente para estar ali, ao lado deles, e me questionar se as nossas experiências, lá do interior do Piauí, poderiam vir a colaborar com eles.

Ao retornar, elaborei uma agenda de visitas aos municípios vizinhos, com a finalidade de apresentar as experiências adquiridas no evento e mostrar aos dirigentes educacionais que, organizados em comunidades educativas, poderiam atuar melhor e serem mais efetivos na busca por respostas para seus problemas educacionais, que são comuns às redes municipais de ensino. Minha intenção era mostrar para eles essa forma de colaboração territorial horizontal.

Houve reuniões com os dirigentes municipais de educação dos quatro municípios vizinhos, que posteriormente integrariam o novo ADE: Barra D'Alcântara, Elesbão Veloso, Francinópolis e Várzea Grande. Quando a ideia foi apresentada, pareceu a todos algo fantástico. Conforme relatou Maria Inez, a então secretária

"Quando cheguei ao evento e vi mais de 3.000 educadores de todas as regiões do Brasil, distribuídas em mesas temáticas, foi algo que me marcou demais, o tamanho do evento, a quantidade de educadores ali presentes [...]. Cheguei a pensar que eu não tinha currículo suficiente para estar ali, ao lado deles, e ainda poder de alguma forma colaborar com alguma coisa de bom que acontecia no interior do Piauí."

de educação do município de Elesbão Veloso, uma profissional que tem ampla experiência de sala de aula e enfrenta uma série de entraves no dia a dia, uma ideia nova como essa, de que cada um poderia compartilhar o que estava dando certo nos seus municípios, trocar boas práticas e aprendizados poderia, de fato, dar certo.

Após as reuniões, os secretários concordaram com a ideia de se constituírem como um grupo, para discutir a educação de forma regional. Mesmo ainda sem uma clara definição de Arranjo, todos apostaram no conceito de Regime de Colaboração e na possibilidade de desenvolver um trabalho compartilhado, que lhes permitissem encontrar caminhos alternativos para vencer as limitações até então impostas a todos.

Tudo aconteceu muito rápido. O passo seguinte foi organizar outra reunião com os dirigentes de educação, no município de Várzea Grande, e dessa reunião surgiu o nome do grupo, que passou a ser chamado de GE5 (Grupo Educacional 5), em alusão aos cinco municípios participantes. O objetivo ficou muito claro: trabalhar coletivamente para superar desafios comuns e oportunizar o aprendizado a todos os alunos, independente da renda, família e cor da pele.

Logo, 2015 foi um ano intenso, com muitas reuniões, compartilhamento de ideias e estratégias para respeitar o direito de aprendizagem que os educandos têm. Em outubro foi realizado o primeiro Fórum Educacional de Integração do GE5, evento que formalizou a criação do ADE na presença de autoridades e educadores dos cinco municípios, oportunidade em que foi feita a leitura da carta compromisso, que estabeleceu estratégias e metas a serem alcançadas pelo ADE.

A carta, que foi previamente elaborada a partir das orientações do modelo da carta do ADE do Noroeste Paulista, foi assinada pelos prefeitos dos municípios: Antônio Rodrigues dos Santos Filho, prefeito de Barra D'Alcântara; José Ronaldo Gomes Barbosa, prefeito de Elesbão Veloso; Maria do Socorro Bandeira Fonseca, prefeita de Francinópolis; Francisco Pereira da Silva Filho, prefeito de Tanque do Piauí, e José Rodrigues Ribeiro Filho, prefeito de Várzea Grande.

Atualmente, o GE5 tem sede e foro na cidade de Tanque do Piauí, funcionando junto à Secretaria Municipal de Educação. Para assumir a condição de membro, o município deve pertencer à região do centro-sul piauiense, ter aderido ao PAR e assinado a carta de princípios e responsabilização do plano de desenvolvimento da educação do GE5.

Como estratégia de mobilização e articulação do GE5, foi criada uma ação que fosse capaz de despertar interesse de todos e que ao mesmo tempo tivesse grande visibilidade e impacto na sociedade. Surgiu daí a ideia de vincular, como uma das ações estratégicas do grupo, os Jogos Estudantis GE5. Com isso buscávamos estabelecer uma nova realidade para as aulas de educação física, reforçar a função pedagógica do esporte, promover o bem-estar social, elevar a autoestima dos alunos, além de democratizar a prática de algumas modalidades esportivas, como por exemplo, o atletismo. Foi estabelecido também que os jogos aconteceriam sempre em três etapas: a primeira seria escolar, a segunda, municipal e a terceira etapa, entre os municípios que compõem o ADE.

A primeira edição de Jogos Estudantis GE5 foi realizada nos dias 5, 6 e 7 de novembro de 2015, na cidade



Foto: Arquivo pessoal

"Na última edição dos jogos, em 2018, observou-se que o nível vem aumentando, com equipes mais preparadas [...]. Assim, percebemos que os Jogos Estudantes GE5 têm sido uma fórmula na qual o sucesso é completo, pois além de trabalhar valores, é um campo fértil para revelar talentos para o esporte piauiense."

de Tanque do Piauí e hoje é a maior competição esportiva estudantil dos territórios do Vale do Sambito e do Vale do Rio Canindé. Nas três etapas, a competição tem caráter esportivo-educacional e tem a participação direta de 4.000 alunos-atletas, entre 09 e 17 anos de idade, das redes municipais das cinco cidades que compõem o GE5 (Francinópolis, Barra D'Alcântara, Várzea Grande, Tanque do Piauí e Elesbão Veloso). Os atletas disputam medalhas nas seguintes modalidades: atletismo - revezamento 4 x 100; 100 metros rasos; salto em distância; arremesso de peso e futsal.

Os jogos estudantis são uma oportunidade para estimular o espírito esportivo dos alunos, pois além de difundirem os valores do esporte entre os jovens, vêm servindo também como uma oportunidade de sucesso deles dentro da cada modalidade. A jovem Awanny

Soares, de 17 anos, goleira do time de futsal de Barra D'Alcântara, participou dos Jogos Estudantis nas edições de 2015 e 2016, e viveu pela primeira vez o clima esportivo. Awanny ganhou destaque na competição com belas atuações, o que lhe rendeu a conquista da medalha de ouro e também um convite para um processo de treinamento no time feminino de futebol profissional de Tiradentes - PI.

Hoje, como atleta profissional de Futebol Feminino, a conquista da Awanny demonstra o quanto os jogos são importantes para a vida dos alunos: *Quando eu comecei, o time da minha cidade tinha dificuldade para achar um número suficiente de meninas para montar o time; na primeira vez que eu participei dos Jogos Estudantis do GE5 o meu time perdeu, mas nem por isso eu baixei a cabeça. Fui treinando desde então, e no ano seguinte eu consegui, no atletismo, medalha de prata, e ouro no arremesso de peso e no futsal. Os Jogos Estudantis do GE5 foram muito importantes para mim e para a minha vida. Hoje, ver outras cidades disputarem com outras pessoas as medalhas e ganharem troféus por meio da dedicação, do mérito, tudo isso é muito importante. Participar novamente, dessa vez assistindo, foi uma emoção muito grande que senti quando vi todos juntos novamente. Eu sempre tive apoio da minha família e hoje eu sou goleira*

do Tiradentes - time profissional de futebol feminino do Piauí. No futuro pretendo ser goleira da Seleção Brasileira Feminina.

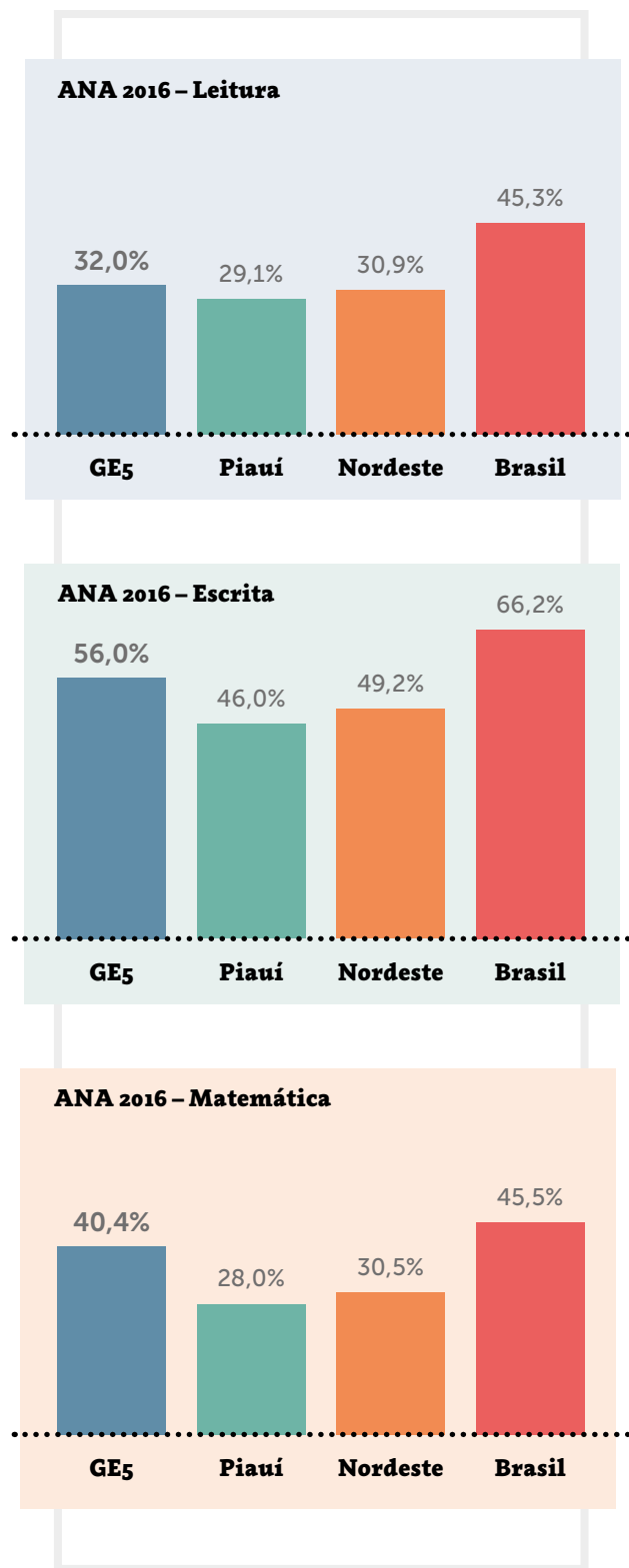
Na última edição dos Jogos, em 2018, observamos que o nível vem aumentando, com equipes mais preparadas, principalmente no futsal. Assim, percebemos que os Jogos Estudantis GE5 têm sido uma iniciativa muito importante, pois ao passo que incentiva o desenvolvimento de valores individuais e sociais, contribui para revelar talentos para o esporte piauiense.

Outro importante objetivo do Arranjo é a formação continuada de professores, fundamental para fortalecer e melhorar os indicadores internos das redes e o resultado dos nossos alunos nas avaliações externas promovidas pelo Governo Federal. Queremos que nossa região saia do anonimato e que os alunos dos cinco municípios alcancem bons resultados, promovendo uma educação pública com qualidade social. Percebemos que 80% do sucesso da escola acontece da porta para dentro da sala de aula, mas o seu fracasso também pode ser atribuído na mesma proporção. Nosso desejo é enviar para os grandes centros, ônibus cheios de alunos matriculados nas universidades, e não para regiões como Morro Agudo ou ainda, por falta de opção, para o corte de cana!

Os municípios que fazem parte do GE5 estão situados entre os mais pobres do Brasil, com economia baseada na agricultura familiar e na prestação de serviços. Os alunos, em sua grande maioria, vivem em condições de alta vulnerabilidade social, o que aumenta a nossa responsabilidade de promover uma educação com qualidade social. Temos um grande número de alunos com o seu direito de aprender fragilizado, especialmente aqueles mais pobres ou criados com dificuldades pelos avós ou unicamente pela mãe. Na maioria das vezes, são esses alunos que ficam para trás.

Com base nessas constatações, o ADE GE5 acompanha os resultados dos exames de larga escala aplicados pelo Governo Federal, como a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), voltada aos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental, e a Prova Brasil, voltada para os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental.

Em cada etapa os resultados fornecem aos municípios uma melhor compreensão do processo de ensino x aprendizagem. Abaixo temos os resultados da Prova ANA aplicadas nos municípios que compõem o ADE GE5 em 2016.





Nessa avaliação, os resultados em leitura, escrita e em matemática foram acima da média do estado do Piauí. Tais resultados ajudam os dirigentes municipais de educação do ADE a perceberem o quanto os estudantes estão aprendendo e onde se concentram as maiores dificuldades, para as quais deveremos planejar as intervenções.

Outra estratégia implementada pelo ADE GE5 é a Prova GE5, um mecanismo de diagnóstico da qualidade do ensino e da aprendizagem, além de ser também um instrumento de gestão. Além de avaliar o conhecimento dos alunos em Língua Portuguesa e Matemática, e de diagnosticar o nível em que eles se encontram nessas áreas, a Prova GE5 tem o objetivo de preparar os alunos de 3º, 5º e 9º anos para as avaliações externas do Sistema de Avaliação da Educação Básica. Além disso, podemos implementar políticas de valorização da qualidade da educação de acordo com a particularidade de cada unidade escolar.

Esses exemplos comprovam a eficiência da cooperação entre municípios, uma vez que os ADEs são um modelo de trabalho mais flexível, que rompem com a burocracia da administração pública quando o assunto é solucionar os problemas comuns a todos. E vai muito além disso, como aponta o parecer do CNE/2011: *Os ADEs são uma possibilidade de atuação em Regime de Colaboração entre os entes federados para a oferta da educação pública de qualidade e com equidade para todos.*

Ao longo da nossa trajetória, vimos na prática que os municípios que se organizaram em ADEs, como o

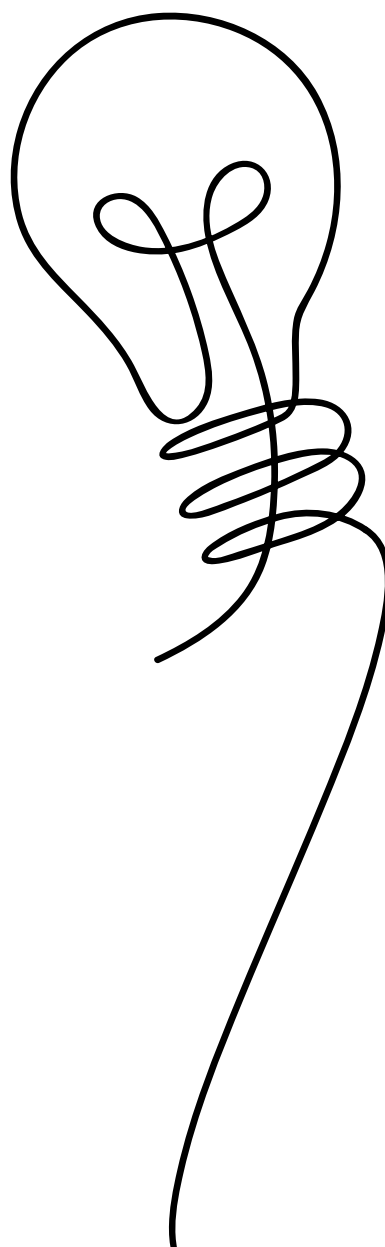
"Os municípios que fazem parte do GE5 estão situados entre os mais pobres do Brasil, com economia baseada na agricultura familiar e na prestação de serviços; os alunos, em sua grande maioria, vivem em condições de alta vulnerabilidade social, o que aumenta a responsabilidade de promover uma educação com qualidade social."

Instituto Chapada, na Bahia, o Noroeste Paulista, em São Paulo, o Norte Gaúcho, no Rio Grande do Sul e o ADE Granfpolis, em Santa Catarina, realizam diversas ações de forma colaborativa dentro do território, buscando estabelecer um sistema de cooperação eficiente. Infelizmente, ainda existem obstáculos a serem superados pelos arranjos, como poucos parceiros financiadores, a falta de apoio dos Governos Estadual e Federal e até mesmo do compromisso da própria sociedade com o ADE. Temos um longo caminho pela frente!

Em nosso ADE vivemos grandes desafios, devido à grande crise financeira vivida de forma mais profunda pelos municípios mais pobres. Trabalhar em conjunto, estabelecer parceria com outros entes federados e com instituições educacionais ou da sociedade civil podem ser algumas das alternativas para superar as deficiências das políticas de formação continuada e de fortalecimento da gestão democrática. Nós vamos em frente, pois avançar nos indicadores educacionais tem sido a grande missão do grupo

Finalizo aqui a nossa breve e sincera apresentação do ADE GE5 lembrando uma fala inspiradora de Mozart Neves Ramos, diretor de Articulação e Inovação do Instituto Ayrton Senna e integrante da comissão do Conselho Nacional de Educação que elaborou o parecer sobre os Arranjos, homologado em 2012 pelo Ministro da Educação: *nos dias de hoje fica cada vez mais evidente a importância do Regime de Colaboração para melhorar a educação brasileira. O espírito colaborativo e cooperativo poderá incrementar mais rapidamente os resultados esperados para uma educação de qualidade. E isso pode ser feito baseado em recente instrumento de gestão intitulado e agora reconhecido "Arranjos de Desenvolvimento da Educação – ADE."* ■

"[...] os ADEs são um modelo de trabalho mais flexível, que rompem com a burocracia da administração pública quando o assunto é solucionar os problemas comuns a todos. E vai muito além disso."





A experiência de quem faz

Instituto Chapada

A história do primeiro ADE do país

por Cybele Amado de Oliveira

Para quem não conhece o Instituto Chapada, ele tem sede na Chapada Diamantina, no centro exato do Estado da Bahia. Nossa organização tem uma história que mescla movimentos que surgiram dos membros de uma localidade com o apoio de outros grupos externos ao território. Ao longo dos seus progressos, criou-se um “inter espaço” entre esse movimento endógeno e o exógeno, em prol de uma transformação educacional na região.

O Instituto Chapada nasce de uma longa história de trabalho, comprometimento e participação coletiva pela qualidade da educação pública. Plenamente engajado com o envolvimento de todos os atores num trabalho colaborativo, o Instituto é, acima de tudo, uma organização da sociedade civil que acredita na educação como principal instrumento de inclusão, de crescimento social e de democracia. Sua constituição é fruto de um longo período de elaboração e discussão de diretrizes e plano de ação.

Vale ressaltar que estamos falando do ano de 1992, portanto, duas décadas atrás, quando me desloquei da capital para morar no interior da Bahia.

Nossa região apresentava, naquela época, altíssimos índices de analfabetismo, um alto índice de

evasão e muitos estudantes fora da escola. Retrato descritivo das zonas rurais e das muitas zonas urbanas do Estado.

Quando iniciei como professora leiga de Língua Portuguesa em uma escola rural, havia doze estudantes na 5ª série, dez na 6ª série e oito nas 7ª e 8ª séries. Um quadro espantoso de abandono escolar. Praticamente todas as minhas alunas e todos os meus alunos não compreendiam o que liam.

O início dessa história já se caracterizava a partir do movimento que veio de dentro da escola, como professora inquieta com a realidade vivida. Iniciei junto a outros professores um projeto que ampliasse

o nosso universo de conhecimento e as condições de ajudar nossa escola.

Todo movimento coletivo, de alguma forma, nasce de necessidades, desconfortos e da nossa vontade de transformar algo.

Nesse caso, temos um movimento de professores, mas que também poderia ter sido uma mobilização de um membro da comunidade educativa, ou de gestores, ou ...

Esse ponto é simples, porém traz uma profundidade riquíssima por nos dizer que, muitas vezes, observamos

"Todo movimento coletivo, de alguma forma, nasce de necessidades, desconfortos e da nossa vontade de transformar algo."



pouco os movimentos que nascem das pessoas que estão inseridas em um contexto. É preciso observar esse movimento para, efetivamente, encontrar um elo que favoreça encontros e projetos conjuntos.

O protagonismo é sempre coletivo. É um engano achar que é de um indivíduo ou de uma organização (sendo que uma organização mantém, já de entrada, o caráter coletivo).

CONJUNTO HÍBRIDO

Os atores que se uniram para escrever o Projeto Chapada partiram por um caminho que chamamos “Da Sala de Aula às Políticas Públicas”, e não estou dizendo que esse é um único ou certo caminho, e sim que esse, por alguma razão, ou pela razão simples de ter nascido de um movimento de professores, insere-se perfeitamente no contexto da escola, da sala de aula e da aprendizagem.

No início da nossa história, construímos um

conjunto híbrido, composto por educadores, associações locais, governos e uma organização não-governamental (na época o Crer para Ver, que estava ancorado na Fundação Abrinq).

Durante um ano, com apoio do Comitê Técnico do Programa Crer Para Ver, doze municípios se reuniam mensalmente para escrever juntos um projeto de educação.

Desde o início, nossa proposta era essa: escrever juntos um Projeto Educativo. Partimos das potencialidades de cada cidade e avançamos construindo uma “árvore de objetivos” que relacionava causas e consequências das demandas que se apresentavam na época. Os problemas eram muitos, desde as dificuldades de acesso até a total precariedade.

Portanto, não era fácil escolher por onde caminhar. Após muitas reuniões reflexivas (como chamávamos na época), observamos que para todos os problemas e as questões que tínhamos – a formação de educadores



e o ato de garantir a aprendizagem para todos – tornou-se nossa bandeira. Também descobrimos, como nos diz Adam Kahane, que “para ser parte da solução é preciso ser parte do problema”.

Eleger uma bandeira implica construir coletivamente uma identidade ou um sentido para o cenário que queremos que se concretize. Em nosso cenário, a erradicação do analfabetismo nas séries iniciais e nos ciclos maiores do fundamental, assim como a permanência dos nossos estudantes na escola, perpassava por estabelecer, nos contextos escolares, uma rede colaborativa pela educação. Ao longo dos anos fomos escrevendo o que significa para nós uma rede colaborativa pela educação. Assim a definimos:

“Trabalhar em rede é tornar observável o fio, nem sempre visível, que conecta e inter-relaciona pessoas, profissionais, escolas e municípios, quando o objetivo é aprimorar a qualidade da educação pública. Redes

“O protagonismo é sempre coletivo. É um engano achar que é de um indivíduo ou de uma organização (sendo que uma organização mantém, já de entrada, o caráter coletivo).”

colaborativas constituem-se em espaços democráticos de participação, parceria e horizontalidade. Dessa forma, busca fortalecer o coletivo considerando a identidade e a autonomia de seus componentes. Assumimos como pilares a cultura da possibilidade, o valor da competência local e a interconexão de sentidos

sempre renovados pelo coletivo (ICEP, 2005)”.

LINHA DO TEMPO

Com o tempo, a passagem de Projeto para Instituto Chapada tornou-se necessária. Constituímo-nos numa entidade jurídica. Na época não existiam Arranjos de Desenvolvimento Educacional nem Consórcios Intermunicipais de Educação. Com apoio da Natura, tivemos uma consultoria jurídica e colocamos, no estatuto, um comitê estratégico representado por todas as secretarias municipais de educação, que seguiu pelas normativas legais, fazendo parte da Comissão de Avaliação dos Termos de Parcerias estabelecidos. Não vou me deter nesse ponto, contudo

"Eleger uma bandeira implica construir coletivamente uma identidade ou um sentido para o cenário que queremos que se concretize."

seria importante discutir os caminhos legais e jurídicos de um Arranjo, seus limites e suas possibilidades.

Atualmente estamos organizados em comissões e comitês estratégicos. Nosso trabalho iniciou recentemente uma nova frente no fomento a um Arranjo em Pernambuco (com três municípios), partindo das mesmas premissas do ADE da Bahia e incluindo outras formas de entrada nesse processo. Esse trabalho tem nove meses, desde a discussão conjunta dos pontos de investimento até o estabelecimento de encontros regulares entre as secretarias municipais de Educação. Naquele estado, o fomento à constituição do ADE nasceu da iniciativa de uma empresa.

Na história de constituição da nossa rede colaborativa, atravessamos os difíceis períodos eleitorais. Para combater a descontinuidade, propomos uma estratégia metodológica que proporciona o engajamento da sociedade, favorecendo a regulação social.

O Movimento Chapada e Semiárido pela Educação tem como objetivo garantir continuidade do Programa Territorial de Formação Continuada da Chapada Diamantina e indicar proposições para todas as dimensões educativas, hoje definidas pelo Programa de Ações Articuladas do Governo Federal (PAR).

Todo o trabalho segue as premissas expressas aqui inicialmente: partimos do contexto das salas de aulas e das escolas, realizamos mini fóruns e elegemos as prioridades municipais. O "Dia E" materializa um grande espaço de escuta e legitimação das propostas oriundas da comunidade e inverte a lógica do período



Fotos: Arquivo ADE Instituto Chapada

eleitoral: os candidatos são convidados a ouvir a comunidade.

O documento fruto desse processo é uma importante ferramenta de planejamento para os quatro anos seguintes. A comissão eleita segue acompanhando, planejando e regulando as demandas da comunidade.

Em 2012, os municípios envolvidos no processo, em praticamente todos os "Dias E", colocaram ênfase no acesso a tecnologias a serviço da aprendizagem. Recentemente, uma Fundação nos perguntou como nos tornamos "rede" sem o acesso a tecnologias que a favoreçam. Respondi que, para mim, uma palavra responde a essa pergunta: presença!

Quando digo presença, não me refiro,



necessariamente, a um contato físico diário, mas ao que Peter Senge, Otto Scharmer e outros abordam no livro *Presença*, quando a definem como a capacidade de incluir o outro, de escutá-lo. De favorecer, seja por meio de e-mails ou fisicamente, o contato com o outro.

Outro aspecto importante desse processo é que a participação precisa, de fato, tornar-se regulação coletiva e obter resultados.

FOCO NO TRABALHO CONJUNTO

Sou uma otimista por natureza, mas esse não é um otimismo romântico e ingênuo. Há que mantermos a esperança, como diria Miguel Torga (pseudônimo de Adolfo Correia da Rocha, um dos mais influentes poetas e escritores portugueses do século XX): “*Mesmo absurda, a esperança é sagrada*”.

Nossas contribuições inserem-se em uma proposta que tenha foco no trabalho conjunto, distanciando-se de ações pulverizadas. Seja qual for a estrada dos começos, os problemas se inter cruzam e seguem ressoando mudanças em muitas frentes – que não as imaginamos ou que até as desejamos, mas que não era objetivo inicial do trabalho. No nosso caso elegemos, para os “amores dos nossos começos”, que:

1. O aprendizado seja convertido na principal medida do êxito da educação.
2. As escolas se responsabilizem frente aos cidadãos pelos sucessos dos objetivos educacionais.

"[...] 'Ama como a estrada começa'. Para mim, significa o quanto de amor precisamos colocar nos começos, ainda que não saibamos para onde a estrada nos conduzirá. E esses começos incluem todas as venturas e desventuras de um caminho de uma trilha."

E consideramos ainda, nas nossas recomendações, que é importante partir da mobilização e convocação de vontades, por meio da divulgação de resultados concretos, da busca de afinidades e das intenções objetivas. Além disso, também é preciso organizar fóruns, núcleos, campanhas que mantenham a mobilização viva – um trabalho contínuo de apresentação da ideia, seus processos e resultados, considerando todos os envolvidos com a educação pública, desde a comunidade escolar até o Prefeito e toda a sociedade local. Em suma, uma ação coletiva e permanente em direção à construção da causa.

Quero finalizar com uma frase de Cesariny, que ele definiu como um poema – e nos foi apresentada recentemente pelo professor Antonio Nóvoa: “*Ama como a estrada começa*”. Para mim, significa o quanto de amor precisamos colocar nos começos, ainda que não saibamos para onde a estrada nos conduzirá. E esses começos incluem todas as venturas e desventuras de um caminho de uma trilha. ■

Entrevista

Colhendo frutos do Regime de Colaboração

O olhar de quem vivencia no dia a dia as contribuições do ADE para a educação em sua região.

O ADE Granfpolis nasceu em 2015, em Santa Catarina, a partir de um trabalho de sensibilização junto aos secretários de educação dos 22 dos municípios que compõem a Associação de Municípios da Região da Grande Florianópolis, a Granfpolis. Com o apoio do Instituto Positivo, foi realizado um diagnóstico na região, abrangendo os aspectos pedagógicos, de infraestrutura e de gestão na educação, e a partir dos dados desse diagnóstico foram traçadas, de forma conjunta pelos membros do ADE, 4 metas prioritárias para a região: a implantação de uma avaliação territorial de aprendizagem escolar para compreender o fenômeno da não-aprendizagem; a redução da média geral de distorção idade ano escolar; a criação de opções de implantação de 1/3 de hora-atividade para todos os professores, e o desenvolvimento de um programa de avaliação institucional para diagnosticar a organização e o funcionamento

A meta 4, que se refere às questões relacionadas à gestão do sistema de ensino e das escolas tem como uma de suas frentes de atuação promover meios de ampliar a formação técnica e profissional dos gestores escolares, pois conforme os dados do diagnóstico territorial, mais de 70% dos sistemas de ensino não têm critérios para a escolha de direção de escolas, evidenciando que cargos comissionados e em função gratificada costumam assumir as direções de escola; e chega a 17% o número de profissionais que assumem direção de escola e não tem habilitação mínima de licenciatura. Por outro lado, 100% dos diretores de escola atendem ao § 10 do art. 67 da lei nº 9.394/96 que determina que: *A experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistério, nos termos das normas de cada sistema de ensino.*

E assim nasceu, em 2018, um dos projetos do ADE Granfpolis, o Gestores Escolares em Movimento.

"A sensação era de estarmos tão perto geograficamente, mas tão distantes nas propostas educacionais, pois trabalhávamos isoladamente. A partir da implantação do ADE, os municípios passaram a trabalhar juntos, em Regime de Colaboração, visando os mesmos objetivos e tendo acesso às mesmas oportunidades de crescimento e conhecimento para todos."

Trata-se de um espaço de diálogo entre diretores e coordenadores das escolas, que tem como objetivo principal promover a reflexão e a troca de experiências desses gestores, a fim de reorientar suas práticas e alcançar maior qualidade na gestão da educação pública que a Rede Municipal de Ensino oferece.

A **Cristina Lehmkuhl Goulart**, que trabalha há 25 anos na rede municipal de ensino de São Bonifácio, uma das cidades do Arranjo, é nossa entrevistada desta edição. Cristina é graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e possui pós-graduação em Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental; já foi coordenadora da escola de educação infantil na sede do município de São Bonifácio e hoje atua como orientadora pedagógica na rede municipal de ensino. Ela nos conta um pouco do seu envolvimento com o ADE e o que ele trouxe de mudanças para a região.

Como foi seu primeiro contato com a proposta do Arranjo de Desenvolvimento da Educação? Você recebeu bem a ideia? Acreditou que se tratava de uma iniciativa que traria bons resultados para a educação da região?

Cristina: Meu primeiro contato com o ADE foi ouvindo

" Nesse projeto, o foco principal é o desenvolvimento integral dos alunos, ou seja, o desenvolvimento das competências cognitivas e socioemocionais."

nosso Secretário Municipal da Educação da época – em 2015 – relatando sobre os encontros (reuniões) que ele estava participando e as decisões que estavam sendo tomadas para elevar o nível da educação nos municípios da região da Granfpolis, e apresentando o diagnóstico

inicial da região para definição das metas.

No início de 2017, fui convidada pela Secretaria Municipal da Educação do nosso município para participar do primeiro encontro do ADE naquele ano, quando nos foi apresentada toda a caminhada e o histórico do ADE Granfpolis, e também as metas de trabalho para 2017. E assim iniciamos nossos trabalhos naquele ano, buscando cumprir as metas, e este ano estamos na continuidade desses trabalhos.

Como era a realidade escolar de São Bonifácio antes da implantação do ADE na região? O que mudou com a implantação do ADE?

Cristina: A realidade escolar de São Bonifácio antes da implantação do ADE na região era de distanciamento diante dos municípios vizinhos. A sensação era de estarmos tão perto deles geograficamente, mas tão distantes nas propostas educacionais, pois trabalhávamos isoladamente. A partir da implantação do ADE, os



Foto: Arquivo ADE Granfpolis

"[...] o ADE nos dá segurança para que possamos atingir as metas do Plano Municipal e Nacional de Educação. Reforçando ainda as metas de valorização dos profissionais da educação, em que também já contamos com o apoio do ADE para implantação do plano de cargos e salários no nosso município."

municípios passaram a trabalhar juntos, em Regime de Colaboração, visando os mesmos objetivos e tendo acesso às mesmas oportunidades de crescimento e conhecimento para todos.

Neste ano, nosso município participa do projeto Se Liga, do Instituto Ayrton Senna, e isso só foi possível porque o município faz parte do ADE. O objetivo desse projeto é alfabetizar alunos do 3º ao 5º ano do ensino fundamental, com distorção idade-série, oferecendo-lhes as condições necessárias para o prosseguimento no fluxo escolar. O Se Liga foi desenvolvido para alunos que não têm mais tempo a perder e não podem mais esperar por soluções de longo prazo. Precisam se alfabetizar o quanto antes. Porque não há dúvida de que toda criança é capaz de aprender. E todo professor é capaz de ensinar!

Nesse projeto, o foco principal é o desenvolvimento integral dos alunos, ou seja, o desenvolvimento das competências cognitivas e socioemocionais.

Também iniciamos no mês de outubro os encontros de estudos do projeto Gestores Escolares em Movimento, no qual o grupo é formado por diretores das escolas municipais da educação, que tem como objetivo oferecer apoio mútuo à gestão escolar. Os grupos foram divididos por polos, de acordo com a proximidade geográfica. Os encontros estão divididos em módulos, e todos os participantes estão voltados para novas leituras e trabalhos a serem compartilhados nos encontros; são momentos de trocas de experiências e de conhecimentos.

Foto: Arquivo ADE Granfópolis



Além disso, o ADE nos dá segurança para que possamos atingir as metas do Plano Municipal e Nacional de Educação, reforçando ainda as metas de valorização dos profissionais da educação, em que também já contamos com o apoio do ADE para implantação do plano de cargos e salários no nosso município.

Qual a sua opinião sobre o formato de gestão utilizado no ADE, ou seja, sobre os processos de decisão e o funcionamento do ADE?

Cristina: Os processos de decisão e funcionamento do ADE Granfópolis sempre acontecem de forma participativa e aberta, em que cada um pode dar sua opinião



"Essa forma de colaboração entre os municípios, de buscar um diagnóstico, elencar metas comuns a todos, buscar parcerias e procurar solucionar juntos dificuldades comuns a quase todos os municípios da região, é o que mais merece destaque quando se trata de ADE e Regime de Colaboração."

e o grupo elenca prioridades, considerando necessidades diagnosticadas e definindo as metas. Nunca recebemos decisões prontas ou determinadas, cada município tem vez e voz. O espaço é democrático e acessível a todos!

Como você percebe o seu papel dentro do ADE Granfpolis?

Cristina: Percebo que meu papel no ADE Granfpolis é de muita responsabilidade e compromisso, pois cada um de nós tem esse compromisso, e não só com o seu município, mas com todos que fazem parte desse Regime de Colaboração. Compromisso de participar dos encontros e reuniões, cumprimento das metas eleitas pelo ADE, estar aberta para o novo e trazê-lo para o nosso município.

Como você definiria a colaboração? Você entende que ela faz diferença no alcance dos resultados do ADE?

Cristina: Definiria como a união de vários municípios, trabalhando juntos nas metas de trabalho para alcançarmos o mesmo objetivo, que é a melhoria da qualidade da educação. E essa união faz a diferença para alcançarmos bons resultados no ADE, pois essa união nos dá força para conquistarmos parcerias educacionais e jurídicas especializadas.

Como você acredita que os ADEs podem transformar a educação brasileira?

Cristina: Podem transformar a educação de um território promovendo a união de forças das pessoas, para assim conquistar parcerias de entidades e de instituições que sejam comprometidas e possam contribuir de fato com a educação do nosso país.



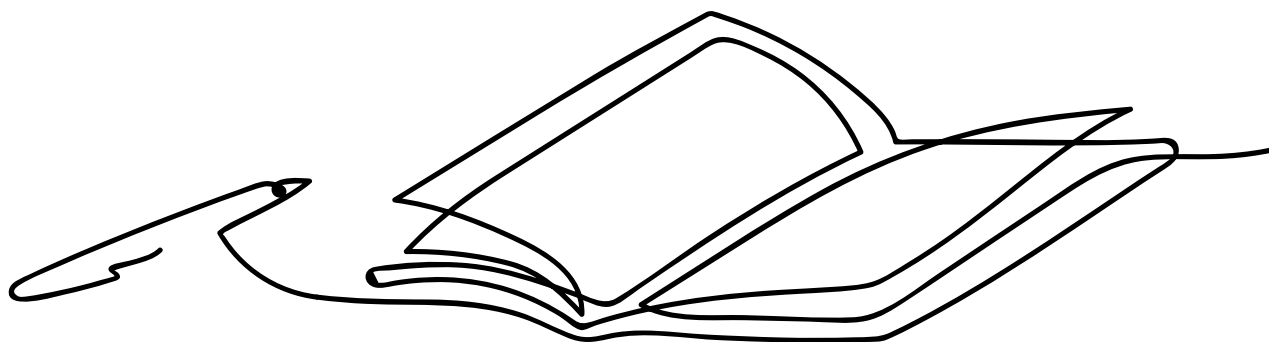
"[...] é preciso manter o grupo unido, estimulado e colaborativo; elencar metas sempre em conjunto; cumprir as metas, conquistar parcerias. Mas acima de tudo, para implantar e manter um ADE é necessário colaboração!"

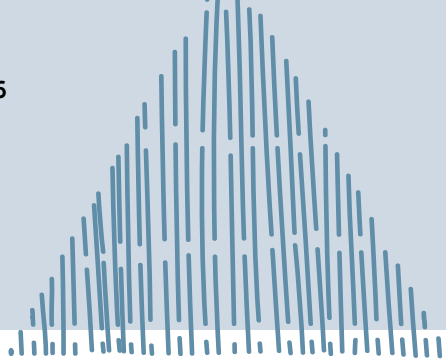
Do seu ponto de vista, quais são os maiores obstáculos a serem enfrentados na implantação de um ADE?

Cristina: O primeiro passo é ter a pessoa certa para mobilizar os representantes dos municípios que farão parte de um ADE; uma vez engajados, é preciso manter o grupo unido, estimulado e colaborativo; elencar metas sempre em conjunto; cumprir as metas, conquistar parcerias. Mas acima de tudo, para implantar e manter um ADE é necessário colaboração!

O que você considera que merece ser destacado sobre o ADE e o Regime de Colaboração?

Cristina: Essa forma de colaboração entre os municípios, de buscar um diagnóstico, elencar metas comuns a todos, buscar parcerias e procurar solucionar juntos dificuldades comuns a quase todos os municípios da região, é o que mais merece destaque quando se trata de ADE e Regime de Colaboração. ■





Direto da academia

Consórcios entre municípios

Potencial de melhoria para a Educação

por Regina Silvia Pacheco

(com participação de Cibele Franseze na pesquisa)

Exploramos neste artigo o potencial que a associação entre municípios pode representar, para a melhoria efetiva da qualidade da educação pública no Brasil. Partimos do resultado de uma pesquisa realizada por nós, por solicitação da Fundação Itaú Social, que buscou indagar os motivos que levam os municípios a se consorciarem e os fatores que os mantêm unidos (a que chamamos de ‘forças centrípetas’) ou dificultam sua associação (‘forças centrífugas’). A enorme diversidade dos municípios brasileiros, o regime federativo estruturado em três esferas (União, Estados e Municípios) e as responsabilidades atribuídas aos municípios no campo da educação pública são aspectos importantes a serem considerados em qualquer esforço de melhoria da efetividade da educação no país.

A Fundação Itaú Social, atenta a esses aspectos, vem direcionando sua atuação do Programa Melhoria da Educação a consórcios intermunicipais. A fim de saber mais sobre o que leva os municípios a cooperarem entre si e o potencial que esta cooperação apresenta para o campo da educação, estruturou e financiou a pesquisa que realizamos. A pesquisa partiu de uma base de dados

pré-existente, que reunia registros de 719 consórcios no país, e se desenvolveu em três etapas: atualização da base (resultando em 374 consórcios contatados), realização de *survey* (respondido por 132 consórcios) e pesquisa de campo (junto a três consórcios, em diferentes regiões do país), com o objetivo de aprofundar o entendimento

da dinâmica dos consórcios e explorar seu potencial para atuação em educação. Os consórcios encontram-se em maior número na região Sudeste (45%), seguida pelo Sul (28%) e Nordeste (17%); ainda é pequena a presença de consórcios no Centro-Oeste e Norte.

No *survey*, procuramos identificar áreas de atuação

dos consórcios – mesmo que não constem em seu ato de criação. Assim, 20% dos 132 consórcios que responderam o *survey* têm alguma atuação em educação – ainda que não seja a área preponderante: atuam predominantemente em saúde (67%), resíduos sólidos (38%), planejamento regional (31%), infraestrutura (24%), desenvolvimento econômico (21%), saneamento (21%), educação, recursos hídricos e turismo com o mesmo percentual (20% cada) e segurança alimentar (11%); a questão admitia respostas múltiplas.

"Perguntados quanto aos fatores que motivam os municípios a continuar fazendo parte do consórcio, os respondentes destacaram a perspectiva de resolução de problema comum e a prestação de serviços aos municípios."

"Quanto às ameaças à continuidade do consórcio, as forças centrífugas que apresentam maior risco estão ligadas aos aspectos financeiros de funcionamento dos consórcios e dos próprios municípios."

Os consórcios auxiliam os municípios membros com diversas atividades, com destaque para "gestão associada de serviços" (74%) – provavelmente na área da saúde; em seguida, destacam-se compras públicas (42%), planejamento (40%), elaboração de projetos para captação de recursos (33%); o terceiro grupo de atividades reúne compartilhamento de equipamento (20% - patrulha mecânica, trator, etc.), capacitação de servidores públicos (17%), elaboração de pareceres jurídicos (15%), prestação de contas para órgãos de controle (13%), compras em tecnologia (11%). Dada a predominância de consórcios de saúde, é clara a concentração de respostas na gestão de serviços.

Um terço dos consórcios já atua ou tem demanda por atuar em educação – em atividades ligadas à gestão administrativa (transporte escolar, merenda, compras públicas, gestão de informações regionais), à gestão pedagógica (capacitação de professores, supervisores e gestores; elaboração e acompanhamento de proposta pedagógica para a rede; avaliação; material didático) e à articulação institucional (diálogo entre Secretários, técnicos e comunidade escolar; interação com Governo Federal e com entidades do terceiro setor). Em menor escala, há outras atividades: gestão compartilhada de unidades de creches; contratação de profissionais especializados de psicopedagogia; captação de recursos e prestação de contas de convênios.

As atividades acima destacam a importância do consórcio para os municípios por meio de fatores ligados a "ganhos de escala e *expertise*". Trata-se de uma motivação bastante concreta, cuja relevância talvez esteja em relação inversa ao tamanho do município.

Perguntados quanto aos fatores que motivam os municípios a continuar fazendo parte do consórcio, os respondentes destacaram a perspectiva de



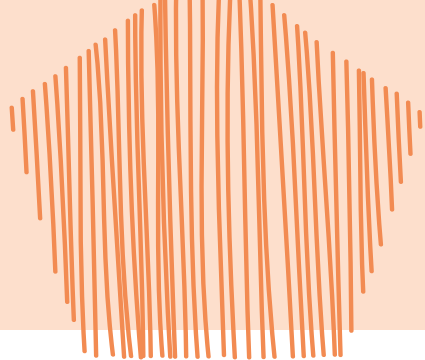
Foto: Arquivo pessoal

resolução de problema comum e a prestação de serviços aos municípios. Os três motivos seguintes, em volume das respostas, ressaltaram a troca de experiências, o ganho de escala para realizar compras públicas, a possibilidade de ampliação de recursos (pela capacidade ampliada de interlocução com outras esferas de governo). Assim, "ganhos de escala e *expertise*" representam uma força centrípeta relevante para a dinâmica e continuidade da adesão dos municípios ao consórcio.

Quanto às ameaças à continuidade do consórcio, as forças centrífugas que apresentam maior risco estão ligadas aos aspectos financeiros de funcionamento dos consórcios e dos próprios municípios.

As especificidades da área de educação são percebidas pelos consórcios pesquisados como barreiras à cooperação – as normativas federais são complexas; os problemas são específicos em cada cidade, é difícil formar consensos sobre escolha do material didático ou sobre plano de cargos e salários dos professores, dentre outros aspectos. Por isso, a cooperação na educação a partir de uma área-meio parece ser mais natural, ampliando-se para a área a *expertise*.

Ainda assim, a pesquisa identificou um grande potencial de os consórcios já existentes ampliarem suas áreas de atuação; a cooperação é dinâmica e, uma vez constituído o consórcio como espaço de compartilhamento, os municípios demandam sua expansão e inclusão de novas atividades em seu escopo. Isso representa uma oportunidade para atuação em educação que pode ter resultados positivos. ■



A Educação precisa mudar

Os desafios da próxima gestão do MEC

por Priscila Cruz

Imagine uma escola onde se estude matemática, mas sem se saber para quê; português, mas sem debater os discursos que cercam o uso da linguagem; colégios onde se decorem fatos históricos, sem que se discutam seus desdobramentos até os comportamentos do presente. Em um espaço como esse, na menos pior das hipóteses, conclui-se os estudos, mas como quem sai de um bunker, com um monte de saberes esparsos sem relação com o mundo; na pior, desiste-se do ensino. Esse é o tipo de Educação que não queremos e não podemos aceitar. Uma maneira de ensinar que não contempla a aprendizagem para o desenvolvimento integral da pessoa e, portanto, uma Educação incompleta.

A próxima gestão do Ministério da Educação (MEC) deve costurar caminhos e políticas educacionais que nos ajudem a manter os avanços até aqui conquistados, superar os desafios presentes e evitar o "conteudismo" que não contempla o pensamento crítico, os conceitos de equidade e inclusão, o caráter emancipatório do ensino e a valorização da diversidade – todos princípios

essenciais para alguém que vive na sociedade contemporânea.

Para escaparmos dessa escola sem significado, temos muito a fazer. O descaso histórico com a Educação tem nos feito avançar muito lentamente. Nem mesmo nossos melhores estudantes saem da escola com ferramentas para enfrentar os desafios da vida. Segundo o último relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com base em

dados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), apenas 2,1% dos alunos brasileiros de 15 anos sabem o suficiente em leitura, matemática e ciências – a média dos países desenvolvidos nesse índice é 12 vezes maior. Nosso avanço tem sido tão lento que, em 1950, a população norte-americana

já estava quase toda alfabetizada – índice que ainda não alcançamos no Brasil em 2018.

O cenário é gravíssimo, tão grave que exige um plano estratégico para os próximos quatro anos. Não temos tempo a perder com erros do passado, apostando em um ensino desconectado do que os estudantes

"O descaso histórico com a Educação tem nos feito avançar muito lentamente.

Nem mesmo nossos melhores estudantes saem da escola com ferramentas para enfrentar os desafios da vida."

"Imagine uma escola onde se estude matemática, mas sem se saber para quê; português, mas sem debater os discursos que cercam o uso da linguagem; colégios onde se decorem fatos históricos, sem que se discutam seus desdobramentos até os comportamentos do presente. [...] Esse é o tipo de Educação que não queremos e não podemos aceitar."

Foto: Arquivo pessoal



querem e em iniciativas que não impactam na aprendizagem. O MEC deve se concentrar em propor e implementar programas educacionais baseados em evidências e experiências bem-sucedidas.

Diante desse compromisso, medidas importantes já estão em andamento e precisam ser continuadas. É o caso da base curricular nacional (BNCC), que alinha os grandes temas que devem nortear os conteúdos ensinados nas salas de aula. O documento foi desenvolvido com a participação da população e de especialistas e mudar agora essa rota (acrescentando temas ou cerceando o que já foi estabelecido) seria, ao mesmo tempo, uma ferida ao processo democrático e um desperdício de recursos públicos. Outra ação que precisa ser concluída é a reformulação, hoje em debate, de uma das bases de financiamento da Educação, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), a fim de direcionar mais dinheiro aos sistemas de ensino com as maiores dificuldades.

A mudança do Ensino Médio é outro ponto que demanda continuidade. Apesar de ter sido iniciada

de uma maneira equivocada e não ser uma "reforma" como foi anunciada, a alteração da etapa aponta na direção correta, ao oferecer diferentes opções para os jovens e comprometer-se com a ampliação de tempo na escola. Mais flexibilidade e Educação Integral são medidas urgentes para aproximarmos o ensino das expectativas das juventudes.

Além de garantir que as boas iniciativas não sejam interrompidas, há ainda debates centrais que pedem a atenção do MEC, como a criação de um Sistema Nacional de Educação (SNE) para garantir a melhoria da gestão e do uso do dinheiro público da área; uma política intersetorial de ações pactuadas entre União, Estados e Municípios para a Primeira Infância e o aprimoramento de uma política nacional de alfabetização na idade certa. Essas duas últimas merecem ênfase. Sem uma Educação de qualidade nos primeiros anos de ensino, dificuldades de aprendizagem tornam-se obstáculos persistentes e levam, fatalmente, à repetência do ano letivo e à evasão escolar.

Por fim, destaco o que fará as manchetes sobre Educação mudarem definitivamente e positivamente: a criação

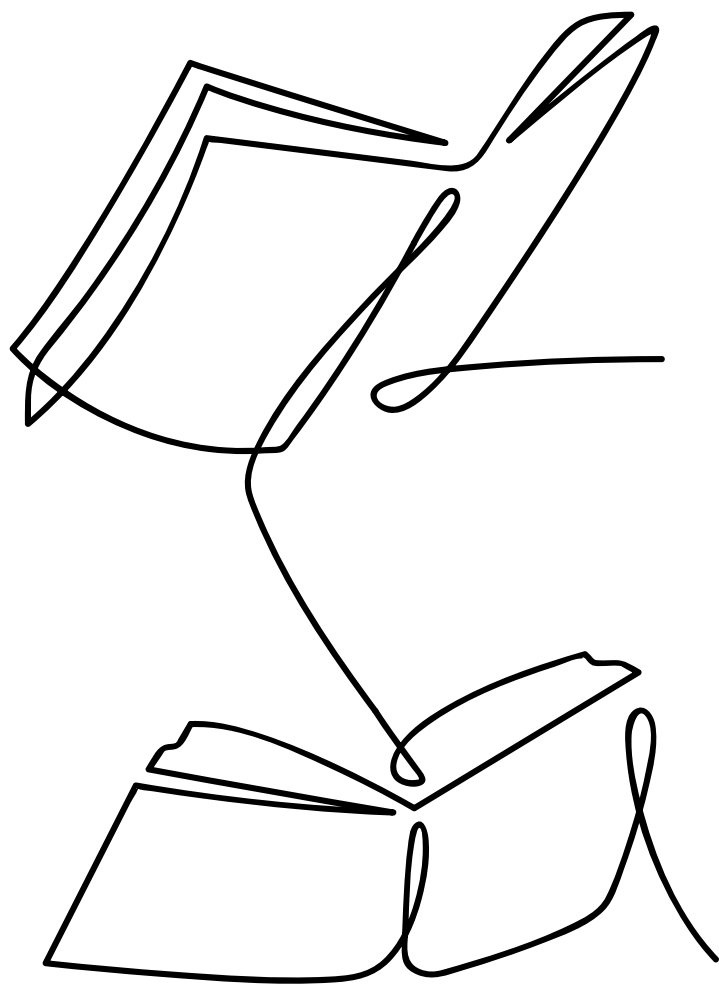
de uma política nacional de valorização e profissionalização dos professores. Sem isso, qualquer ação será inútil, afinal, o professor é a estrela central do sistema escolar. Colocar uma política dessa envergadura de pé requer, portanto, mais do que se comprometer vagamente com a já clássica promessa de respeito à figura do professor. Exige especialistas, pesquisas, estudos e ações combinadas.

Valorizar a docência significa conhecer a fundo os processos pedagógicos envolvidos na profissão e investir na carreira em suas múltiplas etapas. Isso significa atrair mais alunos para a área; formar os professores para a crítica e a prática do magistério; respeitar o conhecimento científico deles e promover formação continuada ligada aos desafios da sala de aula e do mundo contemporâneo; oferecer salários compatíveis com os de outros profissionais de mesma formação e, finalmente, assegurar condições materiais e humanas para que o docente possa fazer um trabalho criativo e de qualidade, com diferentes metodologias pedagógicas.

Vivemos problemas complexos no ensino brasileiro que, como tal, exigem respostas à altura. Apenas a implementação do conjunto de ações aqui citado será capaz de fazer nossa Educação recuperar o fôlego e acelerar o ritmo rumo a uma aprendizagem de qualidade para todos. Não podemos perder o foco nem gastar recursos financeiros e humanos em questões menores e isoladas, pois o preço desse erro estratégico será o futuro do Brasil. A hora é agora.

Sem um plano estratégico comprometido com uma Educação de qualidade continuaremos avançando devagar e poderemos, infelizmente, regredir. A desigualdade aumentará, assim como a intolerância com as diversidades; os recursos continuarão sendo desperdiçados; os professores, desmotivados e os alunos, frequentando a escola sem aprender. Um MEC focado em mudar essa história, empenhado em superar os desafios presentes e em evitar o "conteudismo" vazio, deve olhar a Educação em sua complexidade, e precisa ser já! ■

* Publicado originalmente em 31/10/2018 na coluna Educação do Portal UOL.



Compartilhando

BASE NACIONAL COMUM PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O MEC entregou ao Conselho Nacional de Educação (CNE), no dia 14 de dezembro de 2018, uma proposta de mudanças para a formação inicial e continuada dos docentes de todo o país. Baseado em três eixos – conhecimento, prática e engajamento – o objetivo dessa mudança é atingir o “efetivo desenvolvimento de competências docentes que integram o conhecimento, a prática e o engajamento de profissionais, sustentando a formação de professores competentes no exercício profissional do seu magistério, como exigido para uma educação integral de qualidade, democrática, solidária e inclusiva”, de acordo com o documento. A comissão do CNE que irá discutir a proposta e elaborar sua versão final é presidida por Maria Helena Guimarães Castro, ex-secretária-executiva do MEC, e o relator será Mozart Neves Ramos, ex-reitor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e atual diretor de Articulação e Inovação do Instituto Ayrton Senna.

Acesse mais detalhes no portal **mec.gov.br**



PLATAFORMA DIGITAL AUXILIA REDES E ESCOLAS A INTEGRAR AS COMPETÊNCIAS NA BNCC

A BNCC define 10 Competências Gerais que os estudantes devem adquirir ao longo da Educação Básica. A fim de auxiliar as escolas e redes na integração dessas competências aos seus currículos, o grupo de trabalho de Desenvolvimento Integral do Movimento Pela Base criou uma plataforma digital que possibilita ter acesso a uma série de combinações e possibilitando identificar aquelas que fazem mais sentido para o seu contexto. A plataforma pode ser utilizada a partir do filtro de Componentes Curriculares, ou do filtro das Competências Gerais. Vale conferir a plataforma no endereço: **www.competenciasnabncc.org.br**

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO FOI HOMOLOGADA PELO MEC

No dia 14 de dezembro de 2018, o então ministro da educação Rossieli Soares assinou a homologação da BNCC do ensino médio, e a previsão é de que as mudanças estejam em vigor até o início do ano letivo de 2020. A partir da nova Base, serão quatro grandes áreas de conhecimento, com a finalidade de integrar dois ou mais componentes (disciplinas) do currículo. As áreas do conhecimento definidas são Linguagens e suas Tecnologias (Arte, Educação Física, Língua Inglesa e Língua Portuguesa); Matemática; Ciências da Natureza (Biologia, Física e Química); e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (História, Geografia, Sociologia e Filosofia). Consulte mais sobre a BNCC do ensino médio em **<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/bncc-ensino-medio>**





 institutopositivo.org.br

 facebook.com/positivoinstitut

 linkedin.com/company/instituto-positivo



 movimentocolabora.org.br

 linkedin.com/company/movimento-colabora-educacao

